

ESTADO DO PIAUÍ ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

PROJETO DE LEI 207, DE 31 DE OUTUBRO DE 2011

REDAÇÃO FINAL

Proíbe a exigência de caução de qualquer natureza para internação de doentes em hospitais ou clínicas da rede pública ou privada no Estado do Piauí, nas hipóteses que especifica.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ, Faço saber que o Poder Legislativo aprovou e este Poder sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica proibida a exigência de caução de qualquer natureza para internação de doentes em hospitais ou clínicas da rede pública ou privada no Estado do Piauí, nas hipóteses de emergência ou urgência.

Parágrafo único. Para os fins desta Lei, considera-se urgência ou emergência a situação de sofrimento intenso ou que coloque a vida do doente em risco.

- Art. 2º Na hipótese de descumprimento do disposto no art. 1º, o estabelecimento ficará obrigado a:
 - I devolver o valor depositado, em dobro, ao depositante; e
- II multa de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) por autuação a ser revertida ao Fundo Estadual de Saúde, e dobrada em caso de reincidência.
- Art. 3º Os hospitais da rede pública e privada afixarão, em locais de fácil visualização, informativos dando publicidade a esta Lei.
- Art. 4º Os hospitais da rede pública e privada terão o prazo de sessenta dias contados da data da publicação desta Lei, para se adequar ao disposto no seu art. 1º.
- Art. 5° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, em Teresina (PI), de 14 de junho de 2012.

Dep. THEMISTOCLES FILHO

Presidente

Dep. FABIO NOVO

1º Secretário

Dep. LIZIÊ COELHO

2º Secretário

Ja duc Saujali



ESTADO DO PIAUÍ ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

LEI Nº

DE DE

DE 2012

Proíbe a exigência de caução de qualquer natureza para internação de doentes em hospitais ou clínicas da rede pública ou privada no Estado do Piauí, nas hipóteses que especifica.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ, Faço saber que o Poder Legislativo aprovou e este Poder sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica proibida a exigência de caução de qualquer natureza para internação de doentes em hospitais ou clínicas da rede pública ou privada no Estado do Piauí, nas hipóteses de emergência ou urgência.

Parágrafo único. Para os fins desta Lei, considera-se urgência ou emergência a situação de sofrimento intenso ou que coloque a vida do doente em risco.

- Art. 2º Na hipótese de descumprimento do disposto no art. 1º, o estabelecimento ficará obrigado a:
 - I devolver o valor depositado, em dobro, ao depositante; e
- II multa de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) por autuação a ser revertida ao Fundo Estadual de Saúde, e dobrada em caso de reincidência.
- Art. 3º Os hospitais da rede pública e privada afixarão, em locais de fácil visualização, informativos dando publicidade a esta Lei.
- Art. 4º Os hospitais da rede pública e privada terão o prazo de sessenta dias contados da data da publicação desta Lei, para se adequar ao disposto no seu art. 1º.
- Art. 5° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO PETRÔNIO PORTELA, em Teresina (PI), de 20 de junho de 2012.

Dep. THEMISTOCLES FILHO

Presidente

Dep. FABIO NOVO

1º Secretário

Dep. LIZIÊ COELHO

2º Secretário

Produce Sanjano



AL-P-(SGM) Nº 448

Teresina(PI), 14 de agosto de 2012.

Senhor Governador,

Tenho a satisfação de dirigir-me a Vossa Excelência para encaminharlhe, devidamente aprovado pelo Poder Legislativo, o anexo **Projeto de Lei** de autoria do **Deputado Fábio Novo** que:

"Proíbe a exigência de caução de qualquer natureza para internação de doentes em hospitais ou clínicas da rede pública ou privada no Estado do Piauí, nas hipóteses que específica."

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência protestos de especial consideração e elevado apreço.

Dep THEMÍSTOCLES FILHO
Presidente

Excelentíssimo Senhor WILSON NUNES MARTINS Digníssimo Governador do Estado do Piauí Palácio de Karnak NESTA CAPITAL

